



Qualidade de vida e Ambiente no Município de Lisboa

A manutenção de um ambiente sadio é fundamental para a qualidade de vida das pessoas

O artigo 66.º da nossa Constituição determina que «Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio ecologicamente equilibrado»;

As pessoas sentem cada vez mais que a qualidade dos espaços, sejam eles naturais ou humanizados/urbanos condiciona, e por vezes determina, os seus comportamentos, os seus ritmos, os seus hábitos de vida

A qualidade dos nossos ambientes e dos nossos espaços, mais naturais ou mais humanizados, condiciona a qualidade das nossas vidas;

A adopção crescente, na Cidade de Lisboa, de novos estilos de vida, de novas atitudes, mais saudáveis, exige a «produção» de novos espaços;

A Cidade de Lisboa deve acolher estilos de vida menos associados ao Consumo e mais ligados à Cultura, ao Recreio e ao Desporto;

Os Cidadãos de Lisboa, à semelhança dos demais Cidadãos da Europa, procuram, crescentemente, viver numa Cidade Mais Saudável.

POLÍTICA AMBIENTAL MUNICIPAL

LINHAS GERAIS

PROMOVER A QUALIDADE DO(S) AMBIENTE(S) URBANO(S), CONVERTENDO ESPAÇOS SEM VIDA EM AUTÊNTICOS HABITATS;

TRANSFORMAR LISBOA NUMA CIDADE AMBIENTALMENTE ATRACTIVA PARA RESIDIR, TRABALHAR, ESTUDAR, DESCANSAR, RECREAR, VISITAR E INVESTIR;

ATENUAR OS CUSTOS AMBIENTAIS DA «CAPITALIDADE» TRANSFORMANDO VELHOS PROBLEMAS EM NOVOS DESAFIOS;

REVALORIZAR E SALVAGUARDAR A PRESENÇA DA NATUREZA, DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL E A BIODIVERSIDADE;

MULTIPLICAR OS ESPAÇOS DE VIDA MAIS SAUDÁVEIS, PROPICIADORES DO BEM-ESTAR FÍSICO, PSÍQUICO E SOCIAL, ASSOCIADOS, DESIGNADAMENTE, À MOBILIDADE PEDONAL E VELOCIPÉDICA;

APOSTAR NA VIDA AO AR LIVRE E EM ACTIVIDADES CULTURAIS, LÚDICAS E DESPORTIVAS A CÉU ABERTO;

VOLTAR A CIDADE PARA O RIO, APOSTANDO EM ESPAÇOS E ACTIVIDADES DE FRUIÇÃO E DESCOBERTA DA NATUREZA E DA PAISAGEM;

INTEGRAR AS PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS E TERRITORIAIS EM TODAS AS POLÍTICAS SECTORIAIS DO MUNICÍPIO;

ADOPTAR UMA AUTÊNTICA CULTURA DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, AMBIENTAL E TERRITORIAL, COM OBJECTIVOS, METAS, PRIORIDADES, INSTRUMENTOS FINANCEIROS E MEDIDAS CONCRETAS;

APROVEITAR A REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA PARA FORMALIZAR UMA NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, IMPULSIONANDO A QUALIDADE DAS NOSSAS VIDAS;

DAR MAIOR VISIBILIDADE AO AMBIENTE NOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS: OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTOS E BALANÇOS MUNICIPAIS;

ELABORAR E CONCRETIZAR, PARTICIPADAMENTE, A AGENDA LOCAL PARA O SÉCULO XXI (AGENDA LOCAL 21), UM PLANO MUNICIPAL PARA A SUSTENTABILIDADE;

VALORIZAR A PARTICIPAÇÃO CRIATIVA DOS MUNÍCIPES NA DESCOBERTA DE SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DO PORTAL DO MUNICÍPIO NA INTERNET;

ALCANÇAR PADRÕES DE QUALIDADE DE VIDA EUROPEUS, MARCADOS PELA EXIGÊNCIA E PELA EXCELÊNCIA;

PREMIAR AS MELHORES PRÁTICAS DE «PRODUÇÃO» DE ESPAÇOS, EQUIPAMENTOS, EDIFICAÇÕES E AMBIENTES SUSTENTÁVEIS, BEM COMO OS RESPECTIVOS PROMOTORES E PROJECTISTAS;

IMPULSIONAR O INTERCÂMBIO E O ACOMPANHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS AUTÁRQUICAS INOVADORAS NOS ÂMBITOS IBÉRICO, EUROPEU E GLOBAL;

PROMOVER E APROFUNDAR PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O AMBIENTE (ONGA), ENTIDADES ESTATAIS, METROPOLITANAS E PRIVADAS;

APROVEITAR, ESTRATEGICAMENTE, OS FUNDOS COMUNITÁRIOS DISPONÍVEIS NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007/2013;

PROMOVER ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS, HARMONIOSOS, SEGUROS, ACESSÍVEIS, FUNCIONAIS, CONVIVENCIAIS, CONFORTÁVEIS, COSMOPOLITAS E CONTEMPORÂNEOS;

ABRIR A CIDADE A ESTILOS DE VIDA DIFERENCIADOS, INTEGRANDO VIVÊNCIAS INTER-CULTURAIS, INTER-GERACIONAIS E ALTERNATIVAS;

CRIAR ESPAÇOS E AMBIENTES MARCANTES, REFERENCIAIS E MODERNOS, ACTUALIZANDO E DIFERENCIANDO A IMAGEM DE LISBOA;

PRIVILEGIAR AS INFRA-ESTRUTURAS E OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLECTIVO DE PASSAGEIROS, TRAVANDO A SOBRE-UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS INDIVIDUAIS;

REPOVOAR E REJUVENESCER AS «COROAS URBANAS» MAIS CENTRAIS DO MUNICÍPIO, PROMOVENDO UMA CIDADE MAIS HABITÁVEL E HABITADA, MAIS VIVA E INOVADORA;

DINAMIZAR O COMÉRCIO TRADICIONAL DOS ESPAÇOS ABERTOS, RESPONDENDO À «ONDA» DOS CENTROS COMERCIAIS, REVITALIZANDO ESPAÇOS EM VIAS DE DESERTIFICAÇÃO;

QUALIFICAR, MODERNIZAR E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA DA CIDADE, APOSTANDO EM ACTIVIDADES DE FUTURO, TECNOLOGICAMENTE MAIS AVANÇADAS;

TRANSFORMAR E REINVENTAR «ESPAÇOS-PROBLEMA», ÁREAS CRÍTICAS, ÁREAS SATURADAS E ÁREAS DEGRADADAS EM ESPAÇOS DE OPORTUNIDADES, EM ESPAÇOS EMERGENTES;

TRANSFORMAR LISBOA NUMA NOVA CENTRALIDADE IBÉRICA E EUROPEIA, BASEADA, ESTRATEGICAMENTE, NO BEM-ESTAR INDIVIDUAL E SOCIAL.

EIXOS DE UMA POLÍTICA AMBIENTAL

DESCENTRALIZAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE
PROMOÇÃO E GESTÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL
INOVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE
URBANO
MELHORIA DO DESEMPENHO AMBIENTAL INTERNO DOS
SERVIÇOS MUNICIPAIS
RESPONSABILIZAÇÃO DOS DECISORES E DOS SERVIÇOS
EFICIÊNCIA NA ACÇÃO
IMPERATIVO DE RESPONSABILIDADE NO CUMPRIMENTO
INTERNO DAS LEIS E NORMAS AMBIENTAIS
MECANISMOS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO
GESTÃO PRÓ-ACTIVA E PARTICIPADA

GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS
PARTICIPAÇÃO ACTIVA E CRIATIVA DOS MUNÍCIPIES
INTERACÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL AO NÍVEL DA ÁREA
METROPOLITANA

ABORDAGEM INTEGRADA DO AMBIENTE URBANO
PARCERIAS COM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS
AGENDA LOCAL 21 DA CIDADE DE LISBOA

ENDS (ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL)

DESCENTRALIZAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE

Delegar competências nas Freguesias;

Incentivar parcerias com Organizações Não Governamentais para o Ambiente, centros de investigação científica, universidades

Promover debates descentralizados sobre o Nosso Futuro Comum;

Promover políticas e medidas de subsidiariedade ambiental.

GESTÃO PRÓ-ACTIVA – RISCOS AMBIENTAIS

Objectivo: Evitar ou reduzir riscos ambientais

v Em parceria com entidades especializadas, e em função do conhecimento técnico-científico actual, estabelecer mecanismos dinâmicos

de vigilância ambiental

PARTICIPAÇÃO ACTIVA E CRIATIVA DOS MUNÍCIPES

Lançar campanhas de sensibilização, dando particular atenção à educação ambiental de crianças e jovens;

Promover campanhas de sensibilização de decisores públicos e privados, projectistas de edifícios e de espaços públicos, empresários...;

Envolver os munícipes, bem como as respectivas associações na concretização da Agenda Local 21 da Cidade de Lisboa;

v quer na discussão pública de planos

v quer no acompanhamento público de processos de avaliação de impactes ambientais

Co-responsabilizar a comunidade à luz do princípio da responsabilidade partilhada;

Promover a discussão pública de planos e projectos e o acompanhamento de procedimentos de avaliação de impacto ambiental;

Apostar na interacção Município-Cidadão baseada nas Tecnologias da Informação e da Comunicação: o Portal do Município na Internet.

INTERACÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - Área Metropolitana

VECTORES:

v O rio Tejo e a sua bacia hidrográfica (ao nível dos concelhos adjacentes)

v Os eixos rodoviários e ferroviários / Sistemas de transporte

v Manchas verdes / Sistemas ecológicos

- v Áreas urbanizadas comuns
- v As grandes superfícies industriais e comerciais

Recentrar a Área Metropolitana de Lisboa no Estuário do Tejo, a sua principal «infra-estrutura» ecológica, e repensar o modelo de gestão integrada do Estuário e das suas Margens;

Apostar na concertação estratégica inter-municipal, direccionada para o desenvolvimento sustentado da Metrópole, aproveitando todas as potencialidades da Grande Área Metropolitana de Lisboa;

Valorizar o planeamento do território metropolitano, tendo nomeadamente em vista uma espacialização equilibrada da habitação e do emprego e a salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana;

Promover a gestão da mobilidade no âmbito da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, apostando na intermodalidade e na intermunicipalidade do sistema de transportes colectivos;

Questionar, em parceria com os demais municípios metropolitanos, a «relocalização» da indústria, da logística e da armazenagem;

Transformar a Área Metropolitana de Lisboa num espaço de acolhimento do Turismo, do Recreio e do Lazer de Excelência.

EFICIÊNCIA DA ACÇÃO

- v Dos decisores (nível político)
 - v Dos serviços (níveis técnico e administrativo)
- com definição de parâmetros de qualidade (princípio da boa gestão; melhoria contínua dos processos de gestão, rumo à excelência)

RESPONSABILIDADE PERANTE OS CIDADÃOS

v Fixar e cumprir objectivos de melhoria interna do desempenho ambiental dos serviços municipais

através das metodologias estabelecidas na legislação e normalização (ISO 14000; EMAS) – sistemas de gestão ambiental

v Melhoria do desempenho ambiental interno: comprova-se que existe uma linha de coerência entre aquilo que se determina para a cidade e para os cidadãos e a gestão dinâmicas sustentáveis dos próprios serviços, dos dirigentes e demais funcionários melhoria da imagem do Município (a importância do exemplo como mecanismo de adesão dos cidadãos à mudança de comportamentos)

ABORDAGEM INTEGRADA DO AMBIENTE URBANO

VERTICAL

Entidades metropolitanas e da Administração Central.

Freguesias

Instituições públicas e privadas;

Organizações Não Governamentais para o Ambiente ou associações equiparadas;

Universidades, Centros de Investigação...

Parcerias com Entidades Públicas e Privadas:

(Domínios)

Investigação e Desenvolvimento, Estudos e Projectos Ambientais;

v Monitorização sistemática dos progressos alcançados baseada em indicadores; realização de Balanços Ambientais; ênfase no recurso a bio-indicadores

Educação ambiental, defesa e valorização do património natural e construído, manutenção e gestão de parques...

MECANISMOS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO

v Reorganização dos suportes informativos visando a divulgação on-line das estratégias, projectos, acções, estatísticas e processos de avaliação

v Estimular acções internas de formação e sensibilização ambiental

v Dinamização/colaboração em acções externas de formação

ABORDAGEM INTEGRADA DO AMBIENTE URBANO

HORIZONTAL

- ↯ **No planeamento municipal**
- ↯ **Nos processos de monitorização e controlo de**
 - v Planeamento Estratégico e Planeamento Urbanístico
 - v Reabilitação Urbana
 - v Espaços Verdes e Espaço Público
 - v Transportes
 - v Educação, Cultura e Desporto
 - v Higiene Urbana e Resíduos Sólidos
 - v dinamização cultural
 - v E na gestão interna, envolvendo todos os serviços municipais de acordo com a sua esfera de competências (o Ambiente como uma realidade transversal)

AGENDA LOCAL 21 DA CIDADE DE LISBOA E A ENDS

UMA OPORTUNIDADE ÚNICA PARA LISBOA FORMALIZAR UMA AUTÊNTICA POLÍTICA AMBIENTAL, ESTRUTURADA E SUSTENTÁVEL;

A ENDS deve estar presente na aplicação das políticas ambientais

UMA AGENDA LOCAL QUE SERÁ, CONCRETAMENTE, UM PLANO MUNICIPAL PARA A SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL;

UMA RESPOSTA AOS APELOS FORMULADAS EM ENCONTROS INTERNACIONAIS REALIZADOS NO RIO DE JANEIRO (1992), EM AALBORG (1994), EM LISBOA (1996) E EM HANÔVER (2000);

UMA METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES LOCAIS, DESCENTRALIZADAS, INOVADORAS, CRIATIVAS E PARTICIPADAS;

UM INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DE APOIO À FORMAÇÃO DAS DECISÕES POLÍTICAS EM ARTICULAÇÃO COM OUTROS INSTRUMENTOS MUNICIPAIS;

UMA METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS FORTES

(POTENCIALIDADES) E DOS PONTOS FRACOS (DEBILIDADES) DA CIDADE;

UMA AGENDA COM OBJECTIVOS, METAS, INSTRUMENTOS, FINANCIAMENTOS, MEDIDAS, ENTIDADES RESPONSÁVEIS E CALENDÁRIOS;

UMA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA DOS PROGRESSOS ALCANÇADOS NA QUALIDADE DO AMBIENTE E DAS NOSSAS VIDAS.

AGENDA LOCAL 21 DA CIDADE DE LISBOA

ÁREAS ESTRATÉGICAS

QUALIDADE DO AR E RUÍDO

QUALIDADE DA ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

GESTÃO DE RESÍDUOS

a qualidade dos recursos hídricos

ESPAÇOS VERDES

OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS SUSTENTÁVEIS

TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES SUSTENTÁVEIS

CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

- v o ambiente urbano em geral
- v espaços verdes
- v gestão ambiental interna

QUALIDADE DO AR E RUÍDO

Promover e assegurar a **redução de emissões atmosféricas**, actuando nas suas principais origens: veículos automóveis; Aeroporto Internacional de Lisboa.

Assegurar a **monitorização sistemática e representativa da qualidade do ar** na Cidade de Lisboa, em parceria com os municípios vizinhos (interacção com a área metropolitana)

- v Actualização periódica da **Carta Municipal do Ruído** em articulação com o Plano Director Municipal;
- v Reorganização dos processos de **avaliação e o controlo do ruído** na Cidade de Lisboa e **divulgar** os resultados.
- v Assegurar a redução dos níveis de ruído nas áreas sensíveis
- v Integração da problemática do ruído nas políticas de ordenamento urbano (em especial nos domínios do urbanismo comercial e construção de vias)
- v Divulgação on-line de resultados e estatísticas

QUALIDADE DA ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

Obter junto das entidades responsáveis os **resultados da monitorização** das águas de abastecimento, nas fases de captação, transporte e consumo;

Acompanhar a concretização **das medidas calendarizadas de melhoria da qualidade da água de acordo com os parâmetros cientificamente comprovados e internacionalmente adoptados;**

- v Proceder à avaliação regular da **qualidade do meio hídrico natural** (rio Tejo, ribeiras e outras linhas de água)

Monitorizar regularmente a qualidade das águas e **divulgar** os resultados do **tratamento das águas residuais**, tendo em conta os valores de referência da OMS.

GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Promover acções concertadas entre as entidades metropolitanas vocacionadas para a gestão de resíduos sólidos, o Município e os cidadãos;

Promover a separação e a recolha dos resíduos, **aumentando a percentagem da sua valorização e da reciclagem**, combatendo o desperdício;

Forte aposta nos processos de inovação da gestão e valorização de resíduos;

Compatibilização da gestão dos processos de deposição, recolha e transporte de resíduos com as fileiras existentes;

Motivar e incentivar os cidadãos tendo em vista a **reutilização e a redução do volume de resíduos** gerados: Racionalização de consumos, Eco-embalagem, Eco-produto.

GESTÃO AMBIENTAL INTERNA

- v Levantamento ambiental prévio (diagnóstico ambiental inicial)
- v Desenvolvimento de uma política interna ambiental
- v Implementação faseada de sistemas de gestão ambiental (SGA)
- v Tendo em conta as estruturas orgânicas
- v Os edifícios municipais e equipamentos.
- Rumo à racionalização e simplificação de serviços e procedimentos técnico-administrativos;

- ↪ Rumo à redução de consumos energéticos, água, bens e equipamentos; boas práticas de gestão e novos comportamentos (ambientalmente sustentáveis); redução de riscos; redução de custos;
- ↪ Rumo à maximização do uso de energias renováveis.

AMBIENTE URBANO

- v Manutenção e valorização de estruturas e do mobiliário urbano em geral, tendo em conta a história, as tradições e a estética de cada bairro/zona da cidade
- v Preservação, valorização e criação de novos espaços verdes perspectiva de usufruto sustentável e conservação/reabilitação de ecossistemas
- v Gestão urbana
- v Transportes urbanos
- v Construção e
- v Concepção urbana

Estruturas e mobiliário urbano

- v Adequação dos equipamentos (ecopontos) à estrutura de cada local
- v Sensibilização dos munícipes para um cívico e adequado uso dos ecopontos e para as boas práticas ambientais e higio-sanitárias.

ESPAÇOS VERDES

Conservar e fruir os **pequenos, médios e grandes espaços verdes**, em particular o Parque Florestal de Monsanto, uma unidade ecológica e

paisagística estrutural da Área Metropolitana de Lisboa;

Reabilitação, conservação e criação de zonas verdes

Valorização dos parques e matas municipais

Particular destaque ao Parque Florestal de Monsanto através da progressiva supressão do seu atravessamento por veículos poluentes

Transferência de serviços públicos e privados para as áreas urbanas da cidade ou de áreas periféricas

Valorização e maior divulgação das actuais estruturas técnico-pedagógicas do PFM

Requalificação das antigas pedreiras

Criação de sistema de transporte público ecológico entre a cidade e o PFM.

Reservar área desportiva útil recomendada pelo Conselho da Europa e pela UNESCO para actividades ao ar livre – jogos, atletismo, ciclismo...;

Aumentar a área ocupada por espaços verdes e abrir **corredores verdes** de ligação do Parque Florestal de Monsanto a outros parques da Cidade, em particular o Campo Grande, o Parque de Alvalade e o Parque da Bela Vista, Parque Silva Porto, Parque do Monteiro-Mor, etc

Requalificação das actuais estruturas cemiteriais;

Revalorizar a Frente Ribeirinha entre o Parque das Nações e a Torre de Belém: jardins, espaços verdes, anfiteatros, campos de jogos, percursos pedestres, ciclovias....

v Estudar a travessia, em túnel, dos eixos rodoviário e ferroviário na zona de Belém

ESPAÇOS PÚBLICOS SUSTENTÁVEIS

Apostar em Novas Urbanizações dotadas de **infra-estruturas de qualidade**, bem planeadas, incluindo serviços de transportes públicos, espaços verdes e de lazer, ruas e circuitos pedonais e ciclovias;

Apoiar e impulsionar as actividades sociais, cívicas, recreativas, desportivas, culturais e económicas;

Promover a **reutilização sustentável de solos industriais abandonados**;

Criar uma **base de dados municipal** sobre solos industriais abandonados e de áreas expectantes e edifícios devolutos.

Estimular a **requalificação** das zonas históricas da Cidade e dos edifícios possuidores de maior valor arquitectónico municipal;

Desenvolver acções de **requalificação, revitalização e animação** da Baixa Pombalina e das restantes Freguesias do casco velho da cidade;

Maximizar o **uso eficiente do património imobiliário**, em particular dos alojamentos particulares devolutos da Baixa e de outros bairros históricos;

Desenvolver acções com vista à classificação da Baixa Pombalina e outras áreas históricas como Património Mundial da Humanidade

Requalificar os espaços de instalação dos **ecopontos**, valorizando a higiene e a imagem urbanas;

Apostar em mobiliário urbano com design contemporâneo, adequadamente posicionado no espaço público e que sirva, efectivamente os utentes;

Reforçar a **limpeza** das ruas, dos passeios e das fachadas, combatendo o alastramento dos graffitti;

Acelerar a recolha de veículos abandonados na via pública, promovendo a sua deposição em parques de sucata e a sua adequada eliminação;

Criação de parques de estacionamento/interfaces na periferia da cidade

Passar das acções piloto e campanhas para a formulação de projectos sobre sistemas de eco-transportes públicos

Regulamentar o estacionamento de contentores na via pública

Preservar, valorizar e alargar os espaços verdes.

TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES SUSTENTÁVEIS

Reequacionar as questões das **acessibilidades e da mobilidade** numa perspectiva de **sustentabilidade**, qualificando as vias circulares e criando ou desnivelando vias no sentido da saída da Cidade;

As medidas de condicionamento de trânsito devem ser acompanhadas por uma **melhoria** em termos quantitativos e qualitativos na prestação dos serviços de **transportes públicos**

Privilegiar os transportes colectivos de passageiros, travando a sobre-utilização de veículos individuais motorizados;

Criar condições propiciadoras da utilização de meios de transporte não motorizados: **deslocações a pé e de bicicleta**;

Facilitar as acessibilidades aos peões, especialmente aos cidadãos portadores de deficiências;

Melhorar e optimizar as medidas de condicionamento do trânsito

automóvel, quantitativa e qualitativamente, reservando corredores destinados à circulação de **transportes colectivos de passageiros**;

Privilegiar a circulação de veículos de dois lugares equipados com motores movidos a energias alternativas não poluente;

Promover o aluguer de motos cobertas, com side car, para serviço de aluguer essencialmente turístico, que deverão funcionar prioritariamente nos bairros históricos e entre estes e as estações do Metropolitano;

Estabelecer **ecotaxas** aplicáveis aos veículos que não reúnam os requisitos de protecção do ambiente estabelecidos;

Limitar o acesso à área central da Cidade a veículos motorizados de passageiros com lotação completa, designadamente numa coroa urbana abrangendo Santa Apolónia, o Marquês de Pombal e Alcântara-Mar;

Identificar várias coroas na «área central da Cidade»: a menor deverá apresentar uma dimensão superior àquela em que já se encontram em vigor medidas de condicionamento;

Condicionar a circulação de veículos motorizados de acordo com os limites de poluição atmosférica impostos;

Promover iniciativas municipais, nomeadamente em regime de parceria, visando a prestação de serviços de transporte utilizando veículos tipo «shuttle» contínuo entre a Praça do Comércio e o Marquês de Pombal;

Valorizar a criação de novos corredores para eléctricos rápidos e reordenamento dos actuais com vista ao seu uso exclusivo

Adoptar, implementar e rever regularmente um **plano de transportes sustentáveis**, com **metas de eficiência** de curto, médio e longo prazos;

Avaliar os impactes dos **novos projectos de infra-estruturas de transportes urbanos** na sustentabilidade do sistema de transportes da Cidade;

Promover a **aquisição de veículos** de transportes colectivos de passageiros **mais amigos do ambiente**, com baixos níveis de emissão

de gases tóxicos, energeticamente eficientes;

Melhorar o sistema de distribuição de mercadorias na Cidade e racionalizar os **horários das cargas e descargas**;

Promover a **reinstalação dos centros de distribuição** em espaços mais consentâneos com essas actividades.

CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

Promover a **construção e a renovação de edifícios mais sustentáveis** em especial no que diz respeito à utilização da energia, dos materiais e da água, bem como aos incêndios, à iluminação e ao ruído;

Privilegiar as construções que utilizam **materiais respeitadores do ambiente** e que, por sua vez, possam ser facilmente reciclados e reutilizados;

Privilegiar as construções em que as **águas pluviais e as águas residuais sejam separadas** e devidamente encaminhadas;

Considerar devidamente os **riscos sísmológicos, geológicos e hidrogeológicos** em todos os aspectos construtivos;

Estabelecer, no **regulamento municipal** de contratos públicos, um **plano de selecção de materiais**;

Exigir a apresentação prévia de um **plano de separação e encaminhamento e valorização de resíduos**, no âmbito das obras de demolição total ou parcial de edifícios;

Fazer depender a **recepção provisória** das obras municipais da prévia **remoção de todos os resíduos da obra**;

Privilegiar as construções que **incorporem** a utilização de **fontes de energia renováveis**;

Avaliar o cumprimento, na Cidade de Lisboa, do seguinte objectivo do **Protocolo de Quioto**: utilizar 39 % de energias renováveis em **2010**, conforme **Directiva Comunitária**

Instituir o **Prémio Municipal dos Habitats Sustentáveis** a atribuir a promotores, projectistas e equipas multidisciplinares responsáveis por trabalhos inovadores de **requalificação de edifícios e espaços abertos**, respeitadores dos princípios da sustentabilidade relacionados, nomeadamente, com a eficiência energética, a ventilação, a iluminação, o conforto, a natureza dos materiais utilizados e a presença da Natureza.